

FICHA TÉCNICA 6

CUSTOS DE INFRAESTRUTURAS E DE OBRAS

1. DEFINIÇÃO

Esta categoria cobre as despesas em **infraestruturas e obras necessárias** para a consecução dos objetivos do projeto.

No caso de projetos de investimento, incluirá também os custos de **investimento fixos** (tais como maquinaria, terrenos, edifícios, instalações, veículos e tecnologia).

O beneficiário deverá assegurar a **sustentabilidade financeira do investimento**, garantindo que conta com os recursos financeiros necessários para assumir tanto o custo do investimento como os custos de manutenção do mesmo.

As despesas poderão basear-se em **contratos** celebrados com fornecedores de serviços e peritos externos, e cujo pagamento se efetue com base em faturas.

Esta categoria incluirá, unicamente:

- a) A aquisição de **terrenos**, sempre que o seu custo seja inferior ou igual a 10% do total da despesa elegível para a operação. No caso de zonas abandonadas, ou com um passado industrial que compreendam edifícios, o seu custo deverá ser inferior ou igual a 15% do total da despesa elegível para a operação. Não obstante, este limite não se aplicará às operações relativas à conservação do meio ambiente.
- b) Licenças de obras
- c) Materiais de construção
- d) Mão-de-obra
- e) Intervenções especializadas, tais como a descontaminação de solos ou a eliminação de minas

As despesas derivadas do cumprimento dos requisitos obrigatórios (tais como avaliações de impacto ambiental, licenças, etc.) serão incluídos na categoria de custos relacionados com o recurso a competências e serviços externos, exceto quando formem parte de um contrato de obras.

2. IMPUTAÇÃO DOS CUSTOS DE INFRAESTRUTURAS E DE OBRAS

Será elegível o custo total daquelas infraestruturas e obras que, formando parte do projeto, **se utilizem exclusivamente para o mesmo**, e tenham sido executadas e pagas entre as datas de início e fim da operação.

Os adiantamentos sobre contratos não se considerarão elegíveis, salvo quando exista uma realização parcial da obra ou serviço, devidamente documentada.

3. PISTA DE AUDITORIA

Para efeitos de controlo, os documentos justificativos dos custos de infraestruturas e de obras que devem formar parte da **pista de auditoria** são os seguintes:

- ✓ Documentos legais que demonstrem a **propriedade dos terrenos ou edifícios** sobre os quais atuará o projeto
- ✓ **Processo de contratação completo**, de acordo com a normativa aplicável, assim como as suas possíveis modificações
- ✓ **Instruções de contratação interna**, no caso de entidades não sujeitas às normas de contratação pública
- ✓ **Declaração de ausência de conflito de interesses** (ver modelo)
- ✓ Documento que descreva os **trabalhos a realizar** e a sua relação com o projeto
- ✓ **Fatura** com toda a informação pertinente, de acordo com as regras de contabilidade aplicáveis (certificações de obra, certificação final, etc.)
- ✓ Evidências ou documento contabilístico de **pagamento** da fatura
- ✓ Qualquer elemento que permita comprovar a **existência** dos trabalhos realizados e a sua relação com o projeto
- ✓ **Produtos/evidências** derivadas do trabalho de serviços e peritos externos, se for o caso
- ✓ Documento que garanta a **sustentabilidade financeira** do investimento
- ✓ Documento que permita verificar que a instituição mantém **registros contabilísticos independentes** ou códigos contabilísticos adequados.
- ✓ Evidências do cumprimento das regras de Notoriedade, Transparência e Comunicação

Os documentos que constituem a pista de auditoria deverão ser colocados no arquivo digital Interreg (entorno CoFFEE).

4. DURABILIDADE DAS OPERAÇÕES (art. 65º do Regulamento (UE) n.º 2021/1060)

O Estado-Membro reembolsa a contribuição dos Fundos para uma operação que envolva investimentos em infraestruturas ou investimentos produtivos se, no prazo de cinco anos a contar do pagamento final ao beneficiário ou, quando aplicável, no prazo previsto nas regras relativas aos auxílios de estado, essa operação for objeto de uma das seguintes mudanças:

- a) Cessação de uma atividade produtiva ou transferência de uma atividade produtiva para fora da região do nível NUTS 2 em que recebeu apoio;
- b) Mudança de propriedade de um elemento da infraestrutura que confira a uma empresa ou a uma entidade pública uma vantagem indevida;
- c) Alteração substancial que afete a sua natureza, os seus objetivos ou as suas condições de execução de uma forma que comprometa os seus objetivos iniciais

O reembolso pelo Estado-Membro por motivo de incumprimento do presente artigo é efetuado proporcionalmente ao período de incumprimento.